renço Correia, natural de Sertã, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Janeiro de 1960, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 4313421, com domicílio na Rua Professor Augusto Lessa, 261, Habitação 13, 4200-100 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, 217.º e 218.º, do Código Penal, praticado em 27 de Fevereiro de 1992, por despacho de 26 de Julho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

20 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Joana Ferrer Antunes*. — A Oficial de Justiça, *Delmira Martins Santos Norte*.

Aviso n.º 4762/2006 — AP

A Dr.ª Joana Ferrer Antunes, juíza de direito do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 10/97.3PVLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim Lopes, filho de José Lopes e de Natália Alves, natural de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 2 de Março de 1960, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16118552 e do passaporte n.º J0 40108, com domicílio na Avenida Pedro Álvares Cabral, 2, Serra Pequena, Mina, 2700 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime, por despacho de 26 de Julho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

26 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Joana Ferrer Antunes*. — O Oficial de Justiça, *Bruno José Campos Silva*.

Aviso n.º 4763/2006 — AP

A Dr.ª Joana Ferrer Antunes, juíza de direito do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 234/00.8PDSNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Silva Barroso, filho de José Barroso e de Rosa José da Silva, natural de Angola, de nacionalidade portuguesa, nascido em 8 de Agosto de 1970, solteiro, pedreiro com a identificação fiscal n.º 214917150, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 35807/06, Angola, com domicílio na Avenida do Parque, 102, rés-do-chão, Rinchoa, 2635 Rio de Mouro, por se encontrar acusado da prática de um crime, um crime de falsificação de documento, praticado em 20 de Março de 2002, por despacho de 31 de Julho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo.

31 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Joana Ferrer Antunes*. — O Oficial de Justiça, *Bruno José Campos Silva*.

Aviso n.º 4764/2006 — AP

O Dr. José Paulo Abrantes Registo, juiz de direito do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 441/99.4SILSB, pendente neste Tribunal contra o arguido João Gomes, filho de Alberto Gomes e de Maria Sábado Gomes, natural de Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 12 de Fevereiro de 1972, com a identificação fiscal n.º 223482447, titular do bilhete de identidade n.º 16197293, com domicílio no Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 24 de Outubro de 1998, foi o mesmo declarado contumaz, em 31 de Julho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, nomeadamente bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e suas renovações, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade

ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

31 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *José Paulo Abrantes Registo*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Duarte Martins Vicente*.

Aviso n.º 4765/2006 — AP

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 4552/03.5TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido António Delfim Carvalho dos Santos, filho de Manuel Caetano dos Santos e de Maria Emília Rodrigues Pinto de Carvalho, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Fevereiro de 1926, casado, titular do bilhete de identidade n.º 1085009, com domicílio na Rua do Viveiro, 104, 2.º, direito, Monte Estoril, 2765-294 Estoril, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 205.º do Código Penal, praticado em 1 de Janeiro de 2000, por despacho de 14 de Agosto de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

14 de Agosto de 2006. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Maria da Conceição G. A. Lopes*.

Aviso n.º 4766/2006 — AP

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 17600/00.1TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Miguel Angelo Fernandes Costa Real, filho de João José Duarte Costa Real e de Maria Adriana Ferreira Fernandes Costa Real, natural de Vila Nova de Gaia, Mafamude Vila Nova de Gaia, de nacionalidade portuguesa, nascido em 4 de Abril de 1967, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 7745266 e da licença de condução n.º P-1043512-8, com domicílio na Praça de Lavadores, 194, 4.º, direito, Senhora da Hora, 4460-302 Matosinhos, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 13 de Julho de 2000, um crime de ameaça, previsto e punido pelo artigo 153.º do Código Penal, praticado em 13 de Julho de 2000, por despacho de 17 de Agosto de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo.

1 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Maria da Conceição G. A. Lopes*.

Aviso n.º 4767/2006 — AP

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 925/05.7TLLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Sambo Marques Diogo, filho de António Marques Diogo e de Inês Manuel Sambo, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 2 de Abril de 1963, com a identificação fiscal n.º 152559507, titular do bilhete de identidade n.º 16036524, com domicílio no Bairro Olival Panças, lote 58, 2.º-C, Pontinha, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 30 de Junho de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 22 de Agosto de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, nomeadamente bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e suas renovações, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

1 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Maria João Costa Maçara*.